

Brasil: análise econômica regional

- O impacto da pandemia na economia brasileira será grande. Projetamos queda de 6,4% do PIB em 2020 e alta de 4,4% do PIB brasileiro em 2021. Apesar da recuperação relativamente rápida, estes números indicam uma perda acumulada de produto no biênio.
- Apesar de estimarmos contração do PIB para todas as unidades da federação, observamos contração menos intensa nas regiões menos impactadas pela pandemia e cujas principais atividades são menos sensíveis ao ciclo. Por outro lado, os estados mais atingidos pela pandemia e com categorias mais afetadas pelo fechamento total ou parcial das atividades devem apresentar contração mais severa.
- Agropecuária: Em 2020, a agropecuária mitigará quedas no PIB das regiões onde sua participação é maior, como no Centro-Oeste - auxiliando inclusive outros setores através da cadeia de agribusiness. Projetamos também boas safras nas regiões Nordeste e Sudeste. Em 2021, prevemos pequena queda na variação da região Sudeste, por conta da bialidade da produção de café, que se encontra em ano de menor safra. Já as demais regiões contam com números positivos.
- Indústria: Após pequena recuperação em 2018 e 2019, a indústria voltará a cair em 2020 (projetamos -8%), devido aos efeitos da pandemia. Esperamos que a indústria se recupere bem em 2021, com crescimento de 3,9%. Um destaque será a indústria extrativa (mineral) na região Norte, onde o Pará se destaca.
- Serviços: Em 2020 veremos forte impacto da crise da COVID-19, com retração de 6% no setor. Com as medidas para auxiliar os estados no combate à pandemia, aqueles que receberam auxílio proporcionalmente maior terão menor queda no setor de serviços, devido aos maiores gastos advindos da administração pública. Em 2021, esta tendência se inverterá, em nossa opinião, com o setor de serviços ex-Administração Pública retomando força e os gastos públicos perdendo fôlego.

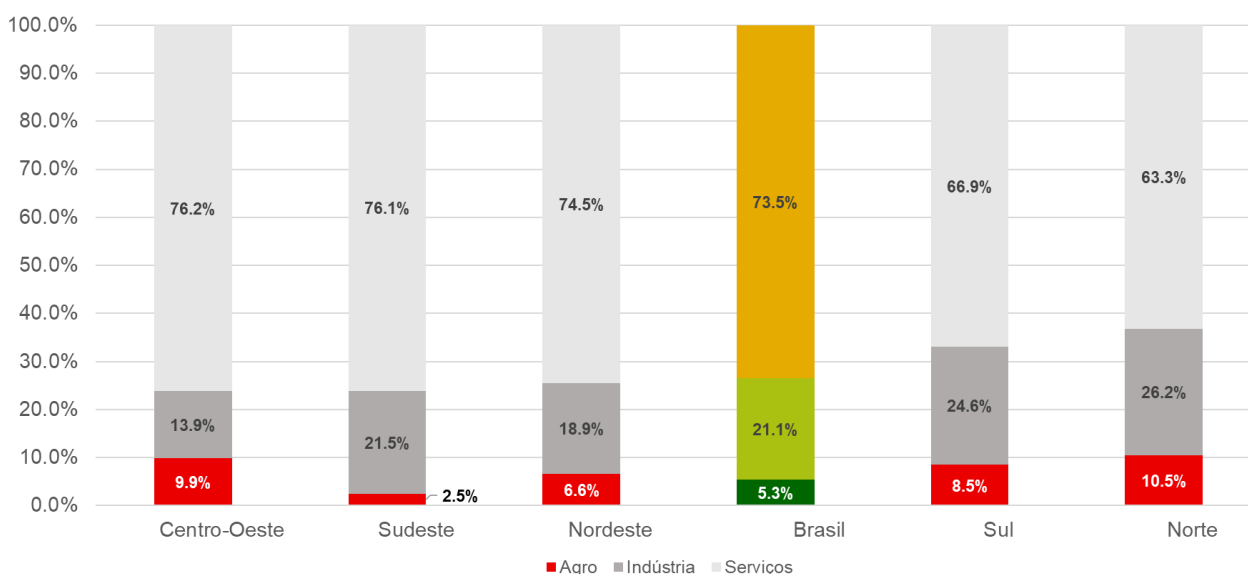
Projeções Regionais

O Produto Interno Bruto de um país é importante medida para analisarmos sua atividade econômica. Embora o PIB nacional seja divulgado com boa periodicidade, o PIB das regiões brasileiras e seus estados são divulgados com menor frequência e maior defasagem temporal: o último dado oficial de PIB regionalizado é de 2017. Este dado torna-se ainda mais importante neste momento atípico, onde torna-se necessário avaliar os impactos da pandemia na economia em 2020 e 2021. Por se tratar de um país com dimensões continentais, as disparidades regionais - que se mostram bastante presentes no ciclo desta pandemia - podem levar a velocidades e timing diversos tanto na crise quanto na recuperação.

Para a economia brasileira como um todo, a duração e as consequências da crise sanitária são importantes para se estimar a robustez (ou fraqueza) da atividade econômica nestes anos. Em nosso cenário atual, assumimos que a taxa "nacional" de contagiabilidade da Covid-19 se reduzirá e as políticas de distanciamento social começam a ser relaxadas a partir de meados de junho na maior parte das regiões do País. Ademais, assumimos que a economia voltará a estar totalmente operacional apenas em setembro. No entanto, acreditamos que as políticas adotadas durante a crise preservarão, em alguma medida, empregos e empresas. Ainda, o Brasil retomará a agenda reformista de responsabilidade fiscal e aumento da produtividade uma vez passada a crise sanitária, dado que a sustentabilidade da

dívida pública é essencial para o crescimento da economia. Vale ressaltar também que todos os estados brasileiros contarão com um efeito base de comparação deprimida para o ano de 2021. Os estados cujos efeitos da pandemia forem mais longevos devem apresentar contrações maiores em 2020 e, conseqüentemente, recuperação também mais forte em 2021, posto que não contemplamos a necessidade de medidas restritivas após o fim do período mais crítico da pandemia, o qual acreditamos que será em ainda 2020. Desta forma, avaliamos que a recuperação pós-crise deverá ser significativa, apesar de uma perda de produto acumulada no biênio, a qual tende a ser mais intensa nos estados mais impactados pela pandemia.

Figura 1 – Composição do PIB das regiões brasileiras em 2017



Fonte: IBGE.

Além disso, em termos setoriais, avaliamos que algumas categorias do PIB brasileiro serão mais resilientes à crise, notadamente a agropecuária e a administração pública (subdivisão do setor de serviços que responde pelos gastos do governo com saúde, educação, seguridade social, etc.). Por outro lado, outras categorias serão duramente atingidas, tais como a indústria de transformação e serviços (sobretudo o comércio). Ponderando estes vetores em direções opostas, estimamos contração de 6,4% do PIB brasileiro em 2020, que só não será mais intensa devido às categorias que amortecerão o impacto da Covid-19. Em relação a 2021, esperamos forte recuperação das categorias mais atingidas em 2020, porém atingindo nível ainda inferior a 2019. Desta forma, projetamos crescimento de 4,4% para o PIB nacional em 2021.

Como o Brasil é um país de dimensão continental, notamos que os estados serão afetados de forma diferente pela crise da Covid-19, tanto no sentido de contaminação das suas respectivas populações, quanto no que tange a atividade econômica. Segundo os dados divulgados até então, a pandemia afetou mais intensamente os estados das regiões Sudeste, Nordeste e Norte. Nestes estados, as medidas de combate a pandemia têm sido mais rígidas e duradouras. Por outro lado, os estados das regiões Centro-Oeste e Sul foram menos impactados até esta publicação e, conseqüentemente, as políticas de distanciamento social têm sido menos intensas.

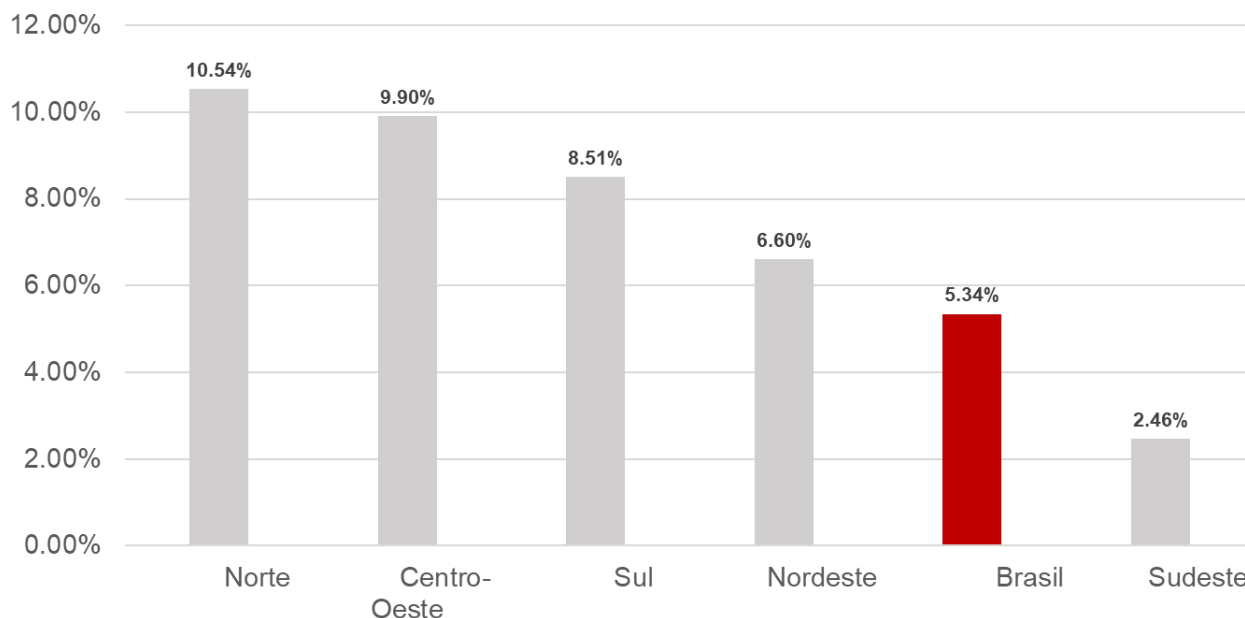
Assim, apesar de estimarmos contração do PIB para todas as unidades da federação, aquelas cujos setores menos sensíveis à crise (i.e. o agronegócio) são mais relevantes e/ou que a taxa de contágio da doença for menor, sofrerão menos. Por outro lado, os estados mais atingidos pela pandemia e com categorias mais afetadas pelo fechamento total ou parcial das atividades (i.e. o comércio) devem apresentar contração mais severa.

Agropecuária

A agropecuária será a única categoria do PIB a apresentar resultados positivos nas diversas regiões em 2020, segundo nossas estimativas. A excelente safra estimada pelo IBGE impulsionará o crescimento nos estados em que sua produção é mais relevante. Ainda, apesar da categoria ter um peso relativamente pequeno no PIB, quando

consideramos toda a cadeia do agronegócio – ou seja, seus impactos também na indústria e em serviços - a participação chega a mais de 20%, segundo o Cepea/ESALQ. O setor também se expandirá em 2021, de forma que o agronegócio seguirá gerando contribuição positiva ao crescimento da economia brasileira.

Figura 2 – Participação da agropecuária no PIB regional em 2017

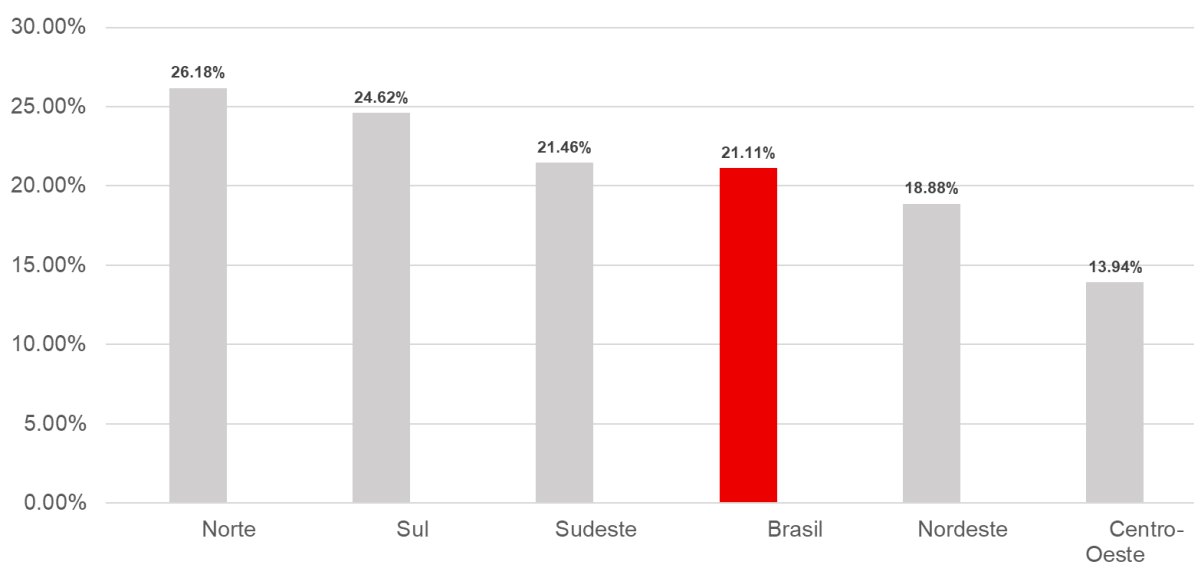


Fonte: IBGE.

Indústria

Em relação ao setor industrial, a construção civil e, principalmente, a indústria de transformação sofrerão com a crise da Covid-19: para 2020, a contração projetada é de -8%. A produção de bens duráveis deverá ser a mais afetada com a redução temporária da demanda. Por outro lado, a indústria extrativa deve seguir sua trajetória positiva. Em 2021, o setor deverá se recuperar – embora, assim como os demais, não retornando a níveis de 2019.

Figura 3 – Participação da indústria no PIB regional em 2017

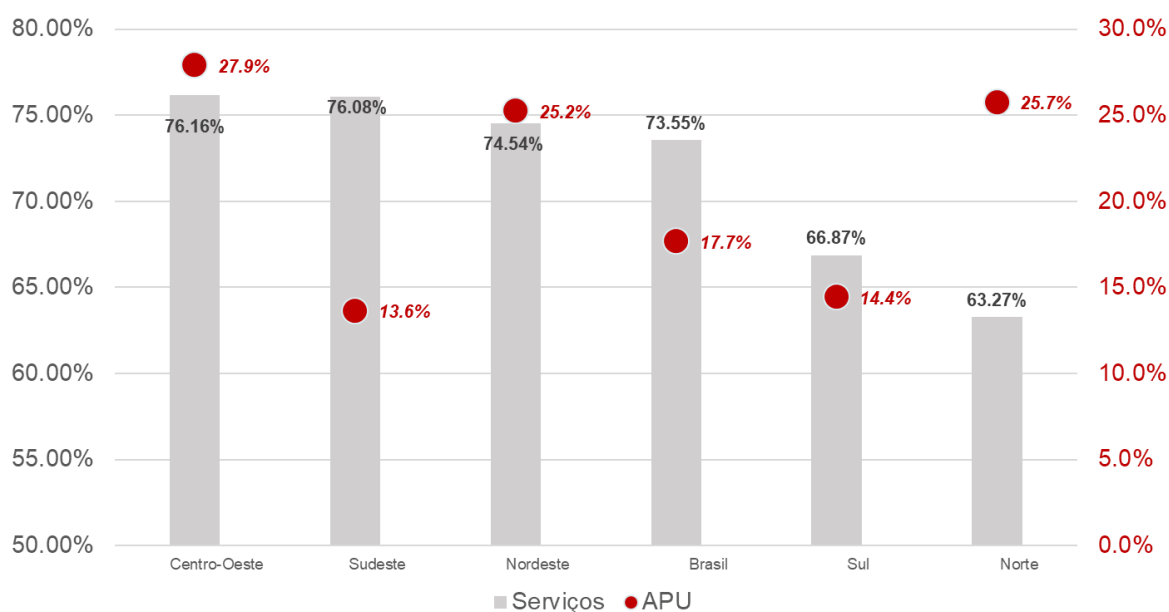


Fonte: IBGE.

Serviços

Avaliamos que haverá grande impacto da crise da COVID-19 no setor de serviços, com queda de 6% do PIB do setor. No entanto, a dinâmica desta queda será diferente a depender do nível de participação da Administração Pública no setor de serviços. Com as medidas para auxiliar os estados no combate à pandemia, aqueles que receberem auxílio proporcionalmente maior terão menor queda no setor de serviços, devido aos maiores gastos advindos da administração pública. Em 2021, esta tendência se inverterá, com o setor de serviços excluindo-se Administração Pública (comércio, transportes, etc.) retomando força e os gastos públicos perdendo tração.

Figura 4 – Participação de serviços e da administração pública no PIB regional em 2017



Fonte: IBGE.

Projeções 2020 e 2021

Região Norte:

Em 2020, assim como todas as regiões, a região norte sofrerá duro impacto devido à crise da Covid-19. Todavia, a queda do PIB da região será menor que a do Brasil, segundo nossas estimativas: contração de 3,7% na região norte contra queda de 6,4% no Brasil. Em relação à composição do crescimento na região, projetamos que o PIB da agropecuária crescerá apenas 1,2%, abaixo da estimativa nacional (3,0%), por conta do desempenho modesto de algumas culturas importantes na região, como mandioca e soja.

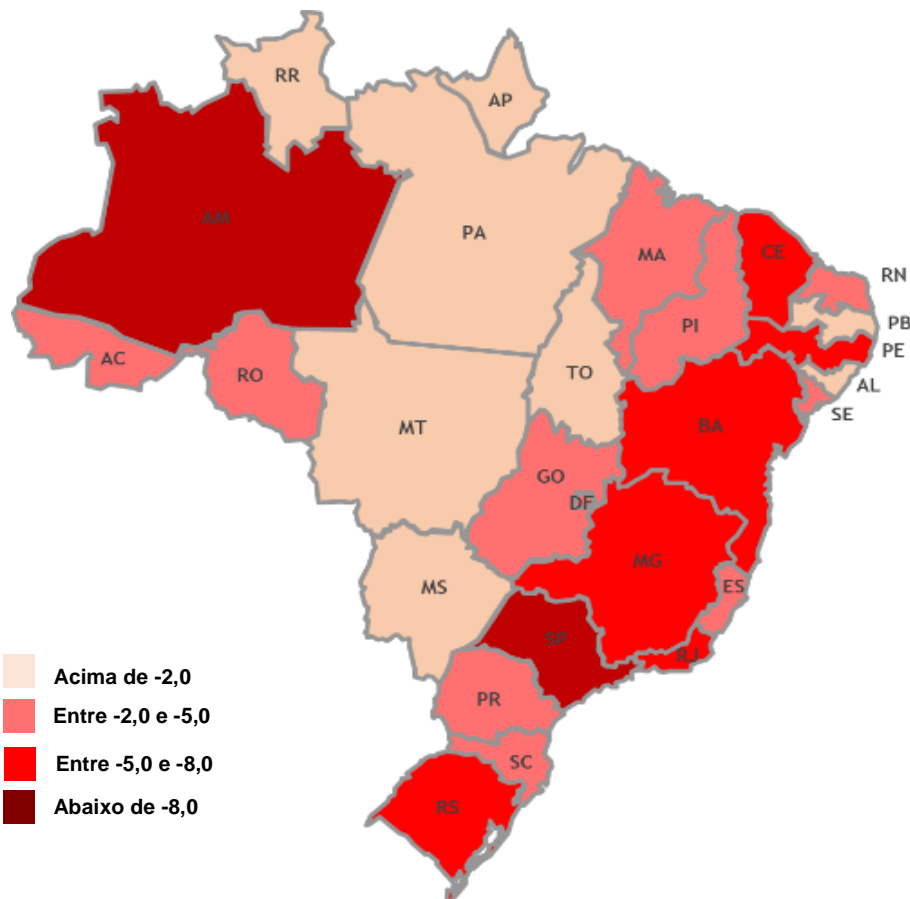
No que tange à indústria, a região ficará marcada por uma ambiguidade na performance dos principais polos industriais da região: Amazonas e Pará. Por um lado, a importante indústria de transformação amazonense sofrerá duramente as mazelas da Covid-19. A perspectiva bastante negativa para a produção de bens de consumo duráveis, uma das principais categorias produzidas na zona franca de Manaus, afetará sobremaneira a região. Por outro lado, a indústria extrativa paraense, notadamente a produção de minério de ferro, seguirá trajetória de crescimento, impulsionada pelas exportações do minério para a China. Somando-se esses vetores em direções opostas, nossa estimativa para a queda do PIB da indústria na região é de 6,5%.

Por fim, os números comparativamente melhores do setor de serviços, principal categoria do PIB, amenizariam os impactos da crise na região. Dois principais fatores seriam responsáveis pelo resultado menos negativo do setor de serviços: i) a maior participação da administração pública no PIB de serviços e ii) que a região, por ser uma das mais afetadas, conta com maior auxílio das medidas de combate ao Covid-19.

Para 2021 projetamos recuperação da economia da região, com o PIB alcançando variação positiva de 3,4%. Segundo nossos cálculos, o PIB da agropecuária crescerá 2,5% (contra 3% no país). Já para a indústria, projetamos crescimento de 5,2%, devido à forte recuperação da indústria do Amazonas. Finalmente, esperamos que o setor de serviços cresça 2,9%; o crescimento mais modesto ocorrerá pelos mesmos fatores que propiciaram a queda menos acentuada de 2020: alta participação da Administração Pública no PIB de serviços e fim dos recursos adicionais para o combate a pandemia.

Gráfico e Tabela 1 – Projeções para o PIB dos estados brasileiros em 2020

Unidades da Federação	PIB 2020
Tocantins	-0,2
Alagoas	-0,8
Piauí	-1,0
Mato Grosso do Sul	-1,3
Pará	-1,5
Amapá	-1,6
Mato Grosso	-1,8
Roraima	-1,8
Paraíba	-1,8
Distrito Federal	-2,0
Maranhão	-2,2
Sergipe	-2,4
Espírito Santo	-2,6
Acre	-2,8
Rondônia	-3,1
Paraná	-3,3
Goiás	-3,8
Rio Grande do Norte	-3,8
Santa Catarina	-4,8
Bahia	-5,6
Minas Gerais	-5,8
Rio Grande do Sul	-6,7
Pernambuco	-6,8
Ceará	-7,6
Rio de Janeiro	-7,9
São Paulo	-8,5
Amazonas	-9,8



Fonte: Projeções Santander.

Região Nordeste:

Estimamos que o PIB da região Nordeste contrairá 4,8% em 2020, número mais ameno em relação ao país, que deve registrar queda de 6,4% do PIB, segundo nossas estimativas. No entanto, destacamos a heterogeneidade da contração econômica entre os estados da região. Os estados com maior participação da indústria de transformação no PIB e menor participação da administração pública no PIB de serviços apresentarão as maiores quedas. E estes são justamente os maiores estados (em termos de PIB) da região: Bahia, Ceará e Pernambuco. Por outro lado, os estados com maior participação da administração pública e da agropecuária no PIB devem contrair menos em 2020, notadamente Alagoas, Paraíba e Piauí.

No que tange ao PIB da agropecuária, projetamos crescimento de 4,5% na região em 2020, impulsionado pela excelente safra de grãos da região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e pelo crescimento da cana-de-açúcar em Alagoas.

Em relação à indústria, nossos cálculos indicam queda mais homogênea entre os estados, com a região contraindo 5,6% em 2020. A maior participação, em relação às demais regiões, do PIB da construção civil nos estados nordestinos é um importante motivo para a queda acentuada da produção industrial na região, uma vez que estimamos contração significativa da categoria. Por outro lado, nos estados cuja indústria de transformação está mais associada ao agronegócio, o desempenho industrial tende a ser melhor.

Já o setor de serviços, com -5,6% de variação (contra -6% do PIB nacional), será a principal categoria para diferenciar o crescimento entre os estados do Nordeste, pois o peso da administração pública em serviços será essencial para auxiliar o PIB da região em 2020. Apesar da expectativa de que as outras categorias do setor de serviços devam apresentar queda acentuada na região (-9,1%), projetamos que o PIB da administração pública terá variação positiva (1,3%), servindo como amortecedor da queda do PIB da região, evitando assim números ainda piores. Assim, os estados com maior participação da administração pública no PIB devem mostrar desempenho melhor do que os demais na região.

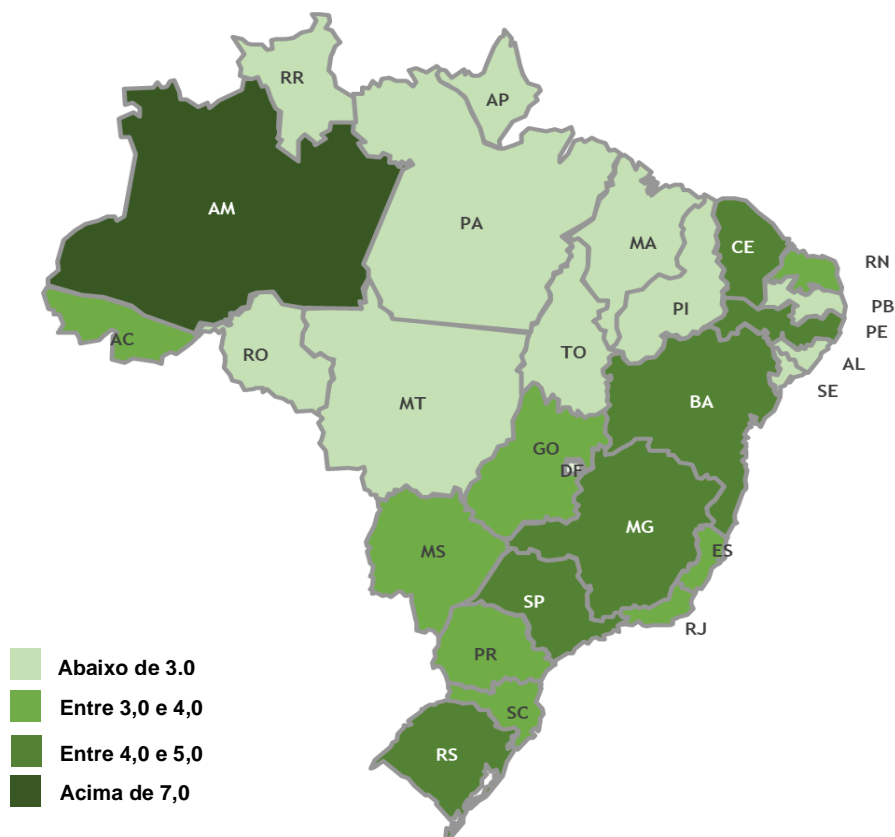
Por fim, projetamos crescimento de 4,2% do PIB do Nordeste em 2021, em linha com a recuperação do PIB nacional, estimada em 4,4%. Estimamos recuperação em todas as principais categorias na região: projetamos alta de 2,6% para a agropecuária, 5,2% para a indústria e 4,1% do setor de serviços.

Região Sudeste

Segundo nossas projeções para 2020, a lentidão econômica na região sudeste será a principal contribuição baixista, em termos regionais, para o PIB nacional. A região - para a qual projetamos uma contração de 7,8% neste ano, refletindo o forte impacto da pandemia - representa mais de 50% do PIB brasileiro. Nem tudo são más notícias no que diz respeito ao PIB do Sudeste. Segundo nossas estimativas, o PIB da agropecuária deverá crescer 4,5% na região, impulsionado pela safra recorde de café nos dois maiores estados cafeeiros do país: Espírito Santo e Minas Gerais. Além disso, o aumento da produção de soja e laranja nas lavouras paulistas deverá contribuir para o crescimento do setor. Apesar do bom desempenho, contudo, o PIB da agropecuária representa apenas 2,5% do PIB da região.

Gráfico e Tabela 2 – Projeções para o PIB dos estados brasileiros em 2021

Unidades da Federação	PIB 2021
Amazonas	7,3
São Paulo	5,4
Rio Grande do Sul	5,4
Ceará	5,3
Bahia	5,2
Pernambuco	5,1
Minas Gerais	4,6
Rio de Janeiro	3,9
Goiás	3,6
Piauí	3,4
Mato Grosso do Sul	3,4
Paraná	3,3
Acre	3,3
Espírito Santo	3,2
Rio Grande do Norte	3,1
Santa Catarina	3,0
Alagoas	2,9
Rondônia	2,8
Mato Grosso	2,7
Maranhão	2,5
Pará	2,4
Sergipe	2,3
Paraíba	2,1
Roraima	1,9
Amapá	1,5
Tocantins	1,4
Distrito Federal	0,7



Fonte: Projeções Santander.

Já em relação à indústria, a perspectiva é positiva para a atividade extrativa, tanto para a cadeia de óleo e gás no Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, quanto para a produção de minério de ferro em Minas Gerais, a qual deve apresentar forte crescimento devido ao baixo nível de produção registrada em 2019, por conta do rompimento da barragem de Brumadinho-MG. Contudo, o desempenho bastante negativo da indústria de transformação, principalmente do estado de São Paulo, maior polo industrial do Brasil, será o suficiente para que o PIB da indústria da

região caia 9,7% em 2020. Vale lembrar que São Paulo é o principal polo industrial automotivo e que esta cadeia ficou praticamente paralisada por um longo período devido à pandemia.

Além disso, o setor de serviços na região é menos dependente da administração pública. Desta forma, não possui este potencial amortecedor para a contração de 2020. Assim sendo, nossas projeções apontam para uma queda de 7,7% do PIB do setor de serviços do Sudeste, lembrando que boa parte da cadeia de serviços está diretamente ligada ao setor industrial, o qual deve ter contração acentuada no período.

Em relação a 2021 projetamos forte recuperação da economia da região, com alta de 4,9% do PIB regional. Dentre as categorias, a maior recuperação será da indústria, com crescimento de 6,2%, segundo nossas estimativas. Quanto ao setor de serviços, a alta estimada é de 4,8%. Finalmente, a agropecuária deve contrair 0,8% devido ao ano de bialidade negativa do café, que afetará a produção dos estados cafeeiros, e a estimativa de queda modesta na produção de cana-de-açúcar.

Região Sul

A região sul é aquela com perfil mais homogêneo do país. Com todas as grandes categorias do PIB, (agropecuária, indústria e serviços) devidamente representados em todos os estados, projetamos queda de 5,1% do PIB da região Sul, sendo a segunda maior queda, atrás apenas da região sudeste.

Apesar do perfil semelhante da composição do PIB dos estados, em 2020 o PIB da agropecuária deve ser bem diferente entre os estados sulistas. Enquanto o PIB da agropecuária do Paraná deve crescer 12,3%, impulsionado pela grande safra de soja, no Rio Grande do Sul o mesmo deve contrair 12,4%, por conta da grande quebra de safra na região. Por fim, apesar do estímulo à suinocultura pelo aumento das exportações de carne de porco para a China, o PIB da agropecuária de Santa Catarina deve crescer apenas 1,4%. Somando-se estas variações, temos que o PIB da agropecuária da região sul deve crescer apenas 0,2% em 2020.

Quanto a indústria, prevemos que a queda do PIB na região será de 10,4%. Vale ressaltar a importância da indústria de transformação, que representa 66% do setor industrial na região (maior participação dentre todas as regiões brasileiras) e é, dentre as categorias industriais, a mais impactada pela crise do Covid-19. Desta forma, compreende-se o desempenho negativo do PIB da indústria da região Sul.

Já em relação ao setor de serviços, apesar de não contar com o amortecedor da administração pública (que tem menor peso em relação a outras regiões), a queda de 3,9% estimada por nós é significativamente menor que a região sudeste, por exemplo. Na nossa avaliação, dois principais fatores contribuirão para o desempenho menos negativo do setor de serviços da região sul: i) a região foi menos impactada pela crise do Covid-19 e, portanto, a duração das medidas de distanciamento social serão menor; e ii) o desemprego da região encontrava-se em menor nível que o restante do país, e, pelo fator i), também deve ser a região menos afetada no que tange ao mercado de trabalho.

Por fim, para 2021, projetamos recuperação da economia na região Sul na ordem de 4,0% de crescimento. Em relação à composição, estimamos alta de 7,9% do setor agropecuário, 6,2% da indústria e 2,7% do setor de serviços. Na nossa avaliação, a recuperação da indústria de transformação da região será o principal vetor de crescimento em 2021. Ainda, uma boa safra agrícola, especialmente no Rio Grande do Sul deve impulsionar o PIB da região.

Região Centro Oeste

A influência da agropecuária e do agronegócio deve mostrar-se bastante importante em 2020. Consequentemente, o Centro-Oeste, região com maior participação do agronegócio, deve ter a menor queda do PIB dentre as regiões: -2,4% segundo nossa projeção. Apesar de ser o único setor a apresentar variação positiva segundo nossas estimativas (no país e em todas as regiões), o peso da agropecuária no centro-oeste é o grande diferencial para o melhor desempenho relativo às demais regiões. Estimamos que o PIB da agropecuária cresça 4,1% no centro-oeste em 2020 frente a 3,0% no Brasil no mesmo período. Impulsionado pela maior safra de soja da história, segundo o IBGE, a região, que é a maior produtora de grãos no país, deve apresentar forte crescimento em todos os estados produtores, entre os quais destacamos o Mato Grosso do Sul, cuja safra de soja de 2020 deve ser 17,0% maior que a de 2019.

Em relação à indústria, a mesma também deve apresentar desempenho sensivelmente melhor que a média nacional. Segundo nossas projeções, o PIB da indústria do centro-oeste deve cair 3,5% frente a queda de 8% da indústria nacional. Este desempenho melhor (ou menos pior) da indústria do centro-oeste deverá ocorrer pela forte participação da agroindústria na região, servindo assim como forte amortecedor da contração da produção industrial na região.

Já no que tange ao setor de serviços, a região centro-oeste também deve ser a menos impactada pela crise do Covid-19 dentre as regiões. Novamente a importância do agronegócio na região exercerá papel fundamental, tanto pela cadeia de serviços atreladas à agropecuária, quanto pela preservação maior de empregos associados ao agronegócio. Além disso, a menor densidade populacional na região tem sido um fator relevante para a menor disseminação do Covid-19 em grande parte da região. Desta forma, os impactos da crise tendem a ser menos severos no centro-oeste. Por fim, um último fator que merece ser mencionado é que o PIB da administração pública (outro importante amortecedor da queda do PIB de serviços em 2010) é bastante significativo na região, especialmente no Distrito Federal. Estes elementos fazem do centro-oeste a região mais resiliente à crise do Covid-19.

Para 2021, assim como para as demais regiões, projetamos recuperação da economia do centro-oeste, embora em níveis mais modestos – por conta da menor queda projetada para o ano anterior. Para o PIB da agropecuária, estimamos crescimento de 2,3%, enquanto o PIB da indústria e o PIB do setor de serviços devem crescer 5,2% e 1,8%, respectivamente.

Apêndice

Metodologia

Para a construção do Produto Interno Bruto das regiões brasileiras, levamos em consideração a ótica da oferta, ou seja, da produção de cada estado. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão que divulga os dados oficiais da economia brasileira, divide o PIB em três grandes setores: a agropecuária, a indústria e o setor de serviços. Dessa forma, utilizamos esta divisão também em nossa metodologia de projeção. Dado que a intenção é aproximar nossas estimativas do resultado divulgado pelo IBGE, utilizamos dados de pesquisas do próprio órgão referentes a cada setor, quando disponíveis.

Utilizamos regressão linear simples, através do método de Mínimos Quadrados Ordinários, para fazer nossas projeções, buscando utilizar dados do próprio IBGE e, quando não disponível, fazer a projeção destes mesmos dados – o que é possível devido à frequência maior de divulgação destas estatísticas do que do PIB regional. Consideramos o PIB nacional como balizador do PIB regional, muitas vezes como variável para projeção deste – dado que o PIB nacional tem frequência de divulgação maior que a regional – e consideramos especificidades de cada estado em nossas hipóteses.

Para o setor agropecuário, consideramos as estimativas de safras das principais culturas presentes nos estados brasileiros, que são divulgadas mensalmente pelo IBGE no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA). Além disso, os dados do tamanho de rebanho de bovinos, assim como peso da carcaça de suínos e frangos, e quantidade de ovos e de leite produzidos também são disponibilizados pelo IBGE em suas respectivas pesquisas; estes dados são utilizados para estimativa do PIB da pecuária. A agricultura e a pecuária são as áreas com maior relevância para o PIB agropecuário. Até a construção desse relatório, os dados mais recentes divulgados eram os de abril/2020. Para os anos subsequentes, períodos em que não possuímos dado ou estimativa oficial, adotamos hipóteses próprias de acordo com variáveis como clima, perspectivas para as principais culturas, etc., para estimar sua variação.

A indústria brasileira também conta com suas pesquisas específicas, como a Pesquisa Industrial Mensal (PIM), também divulgada pelo IBGE e disponível até abril/2020 no momento desta publicação. Para anos subsequentes, consideramos a produção industrial nacional como variável explicativa para a projeção das variações regionais. Alguns estados contêm suas especificidades, como, por exemplo, estados do Centro-Oeste, onde o agribusiness tem boa influência na indústria; desta forma, quando considerado coerente e com dados apontando para correlações estatisticamente significantes, também utilizamos dados da agropecuária para auxiliar na projeção da indústria.

Além disso, algumas regiões contaram com inferências advindas de análises mais qualitativas, como por exemplo considerar o impacto da tragédia de Brumadinho na indústria extrativa de Minas Gerais, ou, ao considerar o ano de 2020/2021, as consequências da pandemia na indústria em todo o país, especialmente de bens duráveis, e sua consequente recuperação.

Quanto ao setor de serviços, a partir de testes estatísticos com diferentes variáveis, consideramos válido dividir o setor de serviços em Gastos da Administração Pública (principal componente do PIB de serviços) e em PIB de serviços exceto Administração pública (contendo os demais subsetores de serviços). A hipótese que permeia esta divisão é que, enquanto os setores não ligados à administração pública têm performance comparável, sendo influenciados de maneira relativamente parecida por fatores econômico-sociais, o subsetor de Gastos da Administração Pública se comporta de maneira diferente.

Um exemplo disto é o ano de 2020, quando projetamos aumento dos gastos públicos devido às medidas para mitigar a crise da COVID-19, incorrendo em uma variação positiva no PIB da administração pública dos estados, enquanto os demais subsetores de serviços, como comércio, transportes, aluguéis, etc., sofrem grandes variações negativas devido a esta mesma crise.

Desta forma, para o PIB ex-Administração Pública, consideramos a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) e a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), também divulgadas pelo IBGE, como variáveis para sua projeção – o que se mostrou estatisticamente relevante - assim como o PIB ex-Administração Pública nacional. Além disso, utilizamos os dados de desemprego para auxiliar em nossa análise qualitativa destas projeções, dado que o desemprego tem boa correlação com o setor de serviços.

Já para o PIB dos gastos da Administração Pública, consideramos duas variáveis qualitativas, que são (I) a condição fiscal em que cada estado está, ou seja, qual sua capacidade do governo estadual de pagamento de seus débitos e

contratação de novos gastos, e (II) qual a gravidade da pandemia no estado. Estas variáveis são utilizadas considerando as hipóteses que estados com melhor capacidade fiscal têm mais espaço para gastos discricionários de seus respectivos governos, enquanto estados com condição fiscal pior podem gastar menos, levando a um menor PIB da administração pública; além disso, a gravidade da pandemia é importante, pois estados em situação mais grave receberão auxílio proporcionalmente maior da União em 2020, e, desta forma, poderão e provavelmente irão incorrer em mais gastos para reduzir os efeitos da crise. Conseqüentemente, em 2021, esperamos que este auxílio já não esteja mais presente, o que levaria a um PIB da administração pública relativamente menor nos estados mais auxiliados em 2020.

Anexos

Tabela 3 – PIB 2017 (IBGE) e projeções do PIB dos estados brasileiros em 2018, 2019, 2020 e 2021

	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	1.3	1.3	1.1	-6.4	4.3
Norte	3.7	2.5	3.1	-3.6	3.4
Rondônia	5.3	1.4	0.7	-3.1	2.8
Acre	0.1	2.0	3.3	-2.8	3.3
Amazonas	4.9	2.4	4.5	-9.7	7.3
Roraima	2.6	3.7	5.1	-1.8	1.9
Pará	3.2	2.9	2.9	-1.5	2.4
Amapá	1.6	-0.2	3.7	-1.6	1.4
Tocantins	3.3	3.1	2.7	-0.2	1.3
Nordeste	1.6	1.5	0.9	-4.8	4.2
Maranhão	5.4	2.7	0.6	-2.2	2.5
Piauí	7.8	2.4	-0.5	-1.0	3.4
Ceará	1.5	2.8	0.5	-7.6	5.3
Rio Grande do Norte	0.5	0.8	0.8	-3.8	3.1
Paraíba	0.0	1.0	1.5	-1.8	2.1
Pernambuco	1.7	0.6	0.6	-6.7	5.1
Alagoas	3.6	0.2	2.2	-0.8	2.9
Sergipe	-1.0	0.5	1.8	-2.3	2.3
Bahia	0.0	1.9	1.2	-5.6	5.2
Sudeste	0.0	1.0	0.8	-7.8	4.9
Minas Gerais	1.5	0.8	-0.8	-5.8	4.6
Espírito Santo	0.4	2.4	0.1	-2.6	3.2
Rio de Janeiro	-1.8	0.1	1.0	-7.9	3.9
São Paulo	0.1	1.2	1.2	-8.5	5.4
Sul	2.3	1.2	0.7	-5.1	4.0
Paraná	2.0	0.8	-0.2	-3.3	3.3
Santa Catarina	3.6	2.1	2.4	-4.8	3.0
Rio Grande do Sul	1.8	1.1	0.4	-6.7	5.4
Centro-Oeste	4.2	0.6	0.7	-2.4	2.3
Mato Grosso do Sul	5.2	1.1	1.1	-1.3	3.4
Mato Grosso	12.5	1.1	1.5	-1.7	2.7
Goiás	2.8	0.6	1.0	-3.8	3.6
Distrito Federal	0.4	0.2	-0.1	-2.0	0.7

Fontes: IBGE e Projeções Santander

Tabela 4 – Projeção do PIB dos estados brasileiros por setor em 2020

Unidades da Federação	PIB 2020	PIB - Agro	PIB - Indústria	PIB - Serviços
Rondônia	-3,1	-1,5	-4,6	-3,0
Acre	-2,8	-11,4	-7,5	-1,5
Amazonas	-9,8	-0,4	-17,8	-7,2
Roraima	-1,8	-3,4	-1,8	-1,6
Pará	-1,5	3,3	-1,2	-2,7
Amapá	-1,6	3,5	-0,9	-1,8
Tocantins	-0,2	4,0	-2,2	-0,7
Maranhão	-2,2	4,4	-3,3	-2,8
Piauí	-1,0	12,6	-5,5	-2,4
Ceará	-7,6	-1,3	-7,1	-8,2
Rio Grande do Norte	-3,8	1,6	-7,7	-3,3
Paraíba	-1,8	5,1	-4,6	-1,6
Pernambuco	-6,8	4,6	-5,0	-8,0
Alagoas	-0,8	6,4	-6,4	-2,0
Sergipe	-2,4	-2,1	-5,2	-1,7
Bahia	-5,6	5,2	-5,7	-7,0
Minas Gerais	-5,8	7,5	-7,0	-6,8
Espírito Santo	-2,6	7,1	-3,0	-3,3
Rio de Janeiro	-7,9	-0,5	-4,0	-8,9
São Paulo	-8,5	1,9	-12,6	-7,8
Paraná	-3,3	12,3	-10,4	-3,2
Santa Catarina	-4,8	1,4	-8,0	-4,2
Rio Grande do Sul	-6,7	-12,4	-12,4	-4,3
Mato Grosso do Sul	-1,3	5,9	-3,1	-3,1
Mato Grosso	-1,8	2,8	-3,1	-3,1
Goiás	-3,8	4,5	-3,1	-5,6
Distrito Federal	-2,0	4,7	-6,5	-1,9

Fonte: Projeções Santander

Tabela 5 – Projeção do PIB dos estados brasileiros por setor em 2021

Unidades da Federação	PIB 2021	PIB - Agro	PIB - Indústria	PIB - Serviços
Rondônia	2,8	1,6	5,6	2,2
Acre	3,3	11,5	7,7	1,9
Amazonas	7,3	4,8	12,4	5,1
Roraima	1,9	5,5	2,2	1,5
Pará	2,4	1,6	1,8	2,9
Amapá	1,5	0,0	2,0	1,4
Tocantins	1,4	1,3	2,8	1,1
Maranhão	2,5	2,8	3,1	2,3
Piauí	3,4	0,4	8,4	3,0
Ceará	5,3	4,1	4,9	5,5
Rio Grande do Norte	3,1	1,0	4,0	3,0
Paraíba	2,1	-0,1	4,2	1,8
Pernambuco	5,1	3,4	5,9	5,0
Alagoas	2,9	3,1	5,4	2,4
Sergipe	2,3	2,3	4,4	1,7
Bahia	5,2	2,5	5,5	5,4
Minas Gerais	4,6	-2,7	5,8	4,9
Espírito Santo	3,2	-2,9	3,1	3,7
Rio de Janeiro	3,9	2,6	2,9	4,1
São Paulo	5,4	1,1	7,6	5,0
Paraná	3,3	1,3	5,5	2,9
Santa Catarina	3,0	2,1	5,3	2,2
Rio Grande do Sul	5,4	19,2	7,7	2,8
Mato Grosso do Sul	3,4	1,8	6,0	2,8
Mato Grosso	2,7	2,9	2,4	2,6
Goiás	3,6	2,0	6,0	3,1
Distrito Federal	0,7	1,1	5,3	0,5

Fonte: Projeções Santander

Tabela 6 – Participação setorial na composição do PIB nacional, regional e dos estados

	Agropecuária	Agricultura	Pecuária	Silvicultura	Indústria	Extrativa	Transformação	SIUP	Construção	Serviços	Administração Pública	Outros*
Brasil	5,3%	3,5%	1,3%	0,5%	21,1%	1,6%	12,4%	2,8%	4,3%	73,5%	7,8%	65,7%
Norte	10,5%	5,3%	3,4%	1,8%	26,2%	6,4%	9,6%	5,8%	4,3%	63,3%	3,8%	59,5%
Rondônia	15,0%	3,3%	9,9%	1,7%	20,9%	0,3%	5,2%	11,3%	4,0%	64,2%	2,8%	61,4%
Acre	10,5%	4,6%	5,1%	0,8%	8,0%	0,0%	2,3%	1,7%	3,9%	81,6%	4,2%	77,4%
Amazonas	7,1%	4,1%	0,7%	2,3%	33,2%	0,6%	26,2%	2,6%	3,8%	59,7%	5,3%	54,4%
Roraima	5,4%	3,4%	1,7%	0,4%	8,6%	0,2%	1,3%	1,5%	5,6%	86,0%	4,2%	81,8%
Pará	11,8%	6,8%	3,0%	2,0%	30,9%	14,4%	4,8%	7,2%	4,6%	57,3%	3,2%	54,0%
Amapá	2,1%	0,8%	0,5%	0,9%	10,7%	0,2%	1,1%	5,1%	4,2%	87,2%	2,7%	84,5%
Tocantins	13,5%	6,6%	5,5%	1,4%	14,7%	0,1%	5,4%	4,2%	5,0%	71,8%	3,8%	68,0%
Nordeste	6,6%	4,2%	1,7%	0,7%	18,9%	0,5%	9,6%	3,6%	5,1%	74,5%	6,0%	68,5%
Maranhão	9,5%	5,6%	2,7%	1,2%	17,0%	0,3%	6,3%	4,9%	5,5%	73,5%	4,0%	69,5%
Piauí	9,4%	7,1%	1,6%	0,7%	12,1%	0,1%	3,3%	2,6%	6,2%	78,5%	6,0%	72,5%
Ceará	5,8%	3,6%	1,6%	0,5%	17,1%	0,3%	8,5%	3,8%	4,5%	77,2%	7,4%	69,8%
Rio Grande do Norte	3,8%	1,2%	1,0%	1,6%	18,6%	1,8%	7,0%	4,8%	5,0%	77,6%	6,1%	71,5%
Paraíba	3,9%	1,6%	1,5%	0,8%	15,1%	0,2%	6,3%	3,4%	5,3%	81,0%	5,4%	75,6%
Pernambuco	3,9%	1,9%	1,8%	0,2%	20,9%	0,1%	13,2%	3,1%	4,4%	75,3%	6,2%	69,1%
Alagoas	17,8%	14,6%	1,2%	2,0%	12,6%	0,3%	5,8%	2,1%	4,4%	69,6%	5,4%	64,3%
Sergipe	5,4%	4,0%	1,3%	0,1%	19,7%	1,2%	6,1%	6,1%	6,3%	75,5%	5,6%	69,9%
Bahia	6,7%	4,5%	1,7%	0,5%	22,4%	0,9%	12,6%	3,4%	5,6%	70,9%	6,1%	64,8%
Sudeste	2,5%	1,7%	0,5%	0,2%	21,5%	2,1%	13,2%	2,1%	4,1%	76,1%	9,6%	66,5%
Minas Gerais	5,7%	3,4%	1,5%	0,8%	25,4%	4,3%	13,9%	2,7%	4,6%	68,9%	7,3%	61,6%
Espírito Santo	4,7%	3,0%	1,5%	0,2%	22,3%	6,0%	9,0%	2,7%	4,6%	73,0%	7,4%	65,6%
Rio de Janeiro	0,5%	0,2%	0,2%	0,1%	18,6%	5,0%	6,7%	2,7%	4,2%	80,9%	9,7%	71,2%
São Paulo	2,0%	1,7%	0,3%	0,0%	21,2%	0,3%	15,2%	1,7%	4,0%	76,7%	10,3%	66,5%
Sul	8,5%	5,7%	2,2%	0,6%	24,6%	0,2%	17,0%	3,1%	4,4%	66,9%	6,8%	60,1%
Paraná	9,4%	6,6%	2,3%	0,6%	25,4%	0,2%	16,1%	4,7%	4,4%	65,2%	6,7%	58,5%
Santa Catarina	6,1%	3,0%	2,1%	0,9%	27,0%	0,3%	20,0%	1,9%	4,8%	66,9%	6,3%	60,6%
Rio Grande do Sul	9,2%	6,6%	2,1%	0,5%	22,4%	0,1%	16,0%	2,2%	4,1%	68,5%	7,1%	61,3%
Centro-Oeste	9,9%	6,9%	2,3%	0,6%	13,9%	0,3%	6,9%	2,7%	4,0%	76,2%	5,5%	70,7%
Mato Grosso do Sul	17,6%	9,8%	4,4%	3,4%	22,1%	0,5%	11,9%	5,1%	4,6%	60,3%	4,5%	55,9%
Mato Grosso	20,1%	16,8%	2,7%	0,6%	15,2%	0,3%	7,2%	2,8%	4,8%	64,8%	3,8%	61,0%
Goiás	11,3%	7,5%	3,8%	0,1%	21,6%	0,6%	11,8%	3,7%	5,5%	67,0%	5,7%	61,3%
Distrito Federal	0,4%	0,2%	0,1%	0,0%	3,9%	0,0%	0,9%	0,9%	2,1%	95,7%	6,5%	89,2%

* Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana

** Agrupamento das categorias: transporte, armazenagem e correio; serviços de informação; intermediação financeira, seguros e previdência complementar; atividades imobiliárias; outros serviços.

Fonte: IBGE e Estimativas Santander